

Portugal, o Atlântico e a Europa.

A Identidade Nacional, a (re)imaginação da Nação e a Construção Europeia.

José Carlos Almeida

Doutorado em Sociologia pela Universidade de Bristol. Docente do Instituto Piaget.

Resumo

Desde 1974, com o seu regresso a casa e à Europa, depois do fim dum projecto nacional *expansionista* de cinco séculos, Portugal tem atravessado importantes mudanças estruturais que têm transformado a velha sociedade tradicional e fechada numa sociedade pós-colonial moderna e mais aberta. Este processo de reconstrução da nação tem sido acompanhado duma importante agenda de celebração da história nacional. Adoptando uma abordagem intermédia entre uma visão *modernista* e uma visão *primordialista*, argumenta-se que as nações, apesar de poderem desenvolver novas tendências, medos e mitos, abandonar velhos, mudar o seu equilíbrio interno, são formas de organização colectiva baseadas nalgum tipo de continuidade histórica e numa experiência histórica comum (Hutchinson, 1994; Jenkins, 1995; May, 2001; Parekh, 1995; Smith, 1991). Ora, muita da literatura sobre a integração europeia tem chamado a atenção para o facto de que a dificuldade da emergência duma identidade europeia assenta na permanência dos sentimentos nacionais e numa limitada oferta da União Europeia de repertórios comuns que inspirem o entusiasmo colectivo (Calhoun, 1997; Hansen & Waever, 2002; Pagden, 2002; Smith, 1996). Neste ensaio explora-se como estes dois processos de reimaginação da nação e de integração europeia acontecem em paralelo, podendo, por vezes, criar tensões e fazer apelos que os cidadãos nacionais podem perceber como sendo de sentido contrário. Por um lado o processo de reprodução da nação reafirma os sentimentos de lealdade para com a nação – definida, durante a maior parte do século XX, em oposição à industrialização, modernização e aos valores liberais e democráticos dos seus vizinhos europeus. Por outro, o aprofundar do projecto europeu implica a perda de soberania nacional num número crescente de aspectos da vida nacional.

Abstract

In 1974 Portugal returned home and Europe, after the expansionist national project five centuries old ended. Since then, the country has gone through important structural changes, transforming the old, closed and traditional society in a post-colonial, modern and open one. In this process of reconstruction of the nation, a large programme of celebration of national history has been used. Adopting an approach that is between a modernist and primordialist vision of the nation, it is argued that nations can develop new tendencies, fears and myths, abandon old ones, change its internal balance. Nevertheless, these forms of collective organization are very much based on some kind of historical continuity and in historical common experiences (Hutchinson, 1994; Jenkins, 1995; May, 2001; Parekh, 1995; Smith, 1991). Much of the literature on European integration has pointed out that the difficulty for the emergence of an European identity lies in the resiliency of the national feelings and in the limited offer by the European Union, of common repertoires that may inspire collective enthusiasm (Calhoun, 1997; Hansen & Waever, 2002; Pagden, 2002; Smith, 1996). In this essay, the ways these two processes have taken place in parallel are explored. And it is pointed out, in particular, that they may create tensions and make appeals that might be perceived by the nationals as being opposed. On one side, the process of national reconstruction reaffirms the loyalty feelings towards the nation – it was, for the most of the twentieth century defined in opposition to industrialization, modernization and the liberal democratic values of its european neighbours. On the other side, the deepening of the European project requires the loss of national sovereignty in a growing number of aspects of national life.

Introdução

Nas últimas décadas, Portugal esteve envolvido na construção duma sociedade capitalista moderna, depois de meio século em que as visões dominantes da nação promoveram o contrário. A revolução de 1974 abriu um novo ciclo na vida da nação¹, tornando-se numa nação pós-colonial com meio milénio de envolvimento além-mar atrás de si. Em 1999, os eventos em Timor-Leste² e a transferência de soberania de Macau, marcaram o *regresso a casa* de Portugal, retornando às originais fronteiras ibéricas, depois de séculos de história expansionista. Em 1986 Portugal aderiu à Comunidade Europeia, contribuindo significativamente para o seu desenvolvimento económico e para a construção dum *ethos* capitalista na sociedade portuguesa, num processo de mudança que terá começado ainda na década de 1960.

O facto de que as identidades nacionais são negociadas através do discurso, em que são mobilizados repertórios de símbolos, discursos e significados adequados às novas necessidades ou experiências históricas, parece ser grandemente aceite (Bruner, 2002; Parekh, 1995). Apesar disso, estudos concretos sobre o processo não são abundantes. Neste ensaio discute-se o caso português como um exemplo de como a nação se reproduz, num processo conduzido pelas elites culturais e políticas. À medida que o Portugal do regime salazarista, fechado sobre si mesmo, tradicionalista, se transforma numa sociedade pós-colonial, moderna, aberta e capitalista, a nação tem sido reproduzida e reimaginada sobre novas bases fazendo uso de um grande processo de celebração nacional. No mesmo processo em que se reafirma a lealdade das pessoas para com a nação, a sua relação com a Europa é também reconstruída.

O quadro europeu de Estados-Nação, forjado ao longo dos dois últimos séculos, resultou num fascinante mosaico de diversidade de Estados e de culturas, pelo que o tópico da identidade nacional na Europa é muito complexo. Deste ensaio, sugere-se que este é, porventura, o maior desafio aos estados-nação, como Portugal, apostados na construção de um espaço transnacional: como gerir e conciliar a identidade nacional, a diversidade cultural e as identidades locais com a possibilidade de uma identidade europeia.

1 A agenda política do exército que tomou o poder em 1974 ficou conhecida pela famosa fórmula da *Política dos três D's*: descolonização, democratização e desenvolvimento.

2 Marcando o início do processo que levaria à declaração de independência a 19 de Maio de 2002.

Nações, Nacionalismos e Identidade Nacional

Em anos recentes, a literatura sobre nações e nacionalismo tem estado dividida em dois tipos de abordagem principais. De um lado estão aqueles (Anderson, 1991; Gellner, 1983; Greenfeld, 1992; Hobsbawm, 1983) que, de uma forma geral, concordam com a ideia de que as nações são fenómenos modernos e um produto dos tempos modernos, e fundamentalmente diferente de outras formações sociais prévias. De outro lado estão aqueles que adoptam uma abordagem mais *eticista-simbólica* e histórica (Almeida, 2001, 2004; Hutchinson, 1994; Jenkins, 1995; May, 2001; Smith, 1991). Esta abordagem, como a anterior, também nega a validade das visões *primordialistas* da nação. Mas correctamente rejeita uma visão completamente *construcionista* da nação e da identidade, apelando ao uso de modelos mais flexíveis e abertos. Para eles, a nação é uma forma de organização colectiva baseada nalgum tipo de continuidade histórica, considerando que «o fenómeno do nacionalismo é mais vasto do que o modelo de “modernização do estado e industrialização” permite». Daqui que Jenkins defenda, antes, um «quadro de análise que diga respeito a nacionalismos em vez de nacionalismo» (Jenkins, 1995: 385).

Quer se acredite na visão romântica e imemorial de muitos nacionalistas que consideram as nações como algo objectivo e um facto permanente da história, na visão dos modernistas, que encaram as nações como algo construído, inventado ou imaginado, ou, mais correctamente, numa abordagem etnicista-simbólica, mais flexível, intermediária entre as abordagens *primordialista* e *modernista*³, uma questão central na literatura diz respeito à nação enquanto polo de afiliação de identidade e mobilização. Recentemente, os comentadores têm prestado atenção à ideia de nacionalismo em velhos estados estabelecidos há muito. O caso português é, neste aspecto, muito útil pois fornece numerosos exemplos, nomeadamente, em relação ao papel da mobilização da história em grandes momentos de (re)construção da nação. Portugal é um dos países em que a questão da identidade nacional tem sido, frequentemente, tida como garantida. No entanto, como noutros países, também em Portugal, a identidade da comunidade tem sido massivamente reconstruída por várias ocasiões como resultado de mudanças nas circunstâncias históricas (Almeida, 2001).

Apesar da popularidade do trabalho de Gellner, os seus críticos (Beissinger, 1998 e outros) apontam-lhe, entre outras, a lacuna de não ter apresentado uma teoria sobre o

3 O caso português mostra bem as limitações que a polarização dos debates sobre nacionalismo entre as abordagens primordialista e modernista apresenta.

processo através do qual categorias de nacionalidade se revestem de significado para grande número de pessoas e se tornam bases de acção política. As pessoas não apenas *concebem* a nação mas também *vivem* a nação, em comportamentos e acções colectivas. De acordo com Beissinger (1998), isso seria visível sobretudo nos grandes momentos das nações organizados pelos estados e determinados pelos ritmos da autoridade política. Nesta visão *instrumentalista*, a utilidade destes grandes momentos seria baseada na possibilidade de estabelecimento de uma forma de discurso com vista ao «moldar de atitudes em relação à “realidade” que estas instituições projectam, tornando fronteiras, nas palavras de Ian Lustick, em “factos inquestionáveis de... vida pública” e “parte da ordem natural das coisas para a maioria da população”» (Beissinger, 1998:175). Através destes instrumentos, os Estados inculcam ideias e moldam expectativas. Eles estabelecem e manipulam símbolos numa tentativa de gerar identificação com eles, de tal maneira que o «estado permanece a mais poderosa força moldando concepções de nacionalidade» (Beissinger, 1998: 180). Para este autor, o nacionalismo não é uma constante, mas sim uma variável no tempo pois, para muitos indivíduos, a nação, enquanto forma comportamental, existe como um mero momento no tempo. Neste sentido, «ciclos de contenção nacionalista são centrais para o processo de mudança-de-identidade, pois fornecem o contexto no qual uma reimaginação massiva da nação se torna possível» (1998: 178-179).

Toda a nação tem, portanto, os seus grandes dias, em que a nacionalidade é conscientemente exibida e agitada como os dias nacionais e comemorações, em que os indivíduos lembram e celebram colectivamente a nação. Estas não são, no entanto, as únicas formas sociais que sustentam o que é vagamente chamado de identidade nacional (Billig, 1995). O nacionalismo em estados estabelecidos não se resume nem à organização formal do estado e às necessidades do estado-nação moderno, nem a estes grandes momentos em que o estado tem um papel central na organização de rituais comemorativos em que a comunidade nacional é reconstruída e reproduzida. Nas nações há também a assinalar um *nacionalismo informal* (Eriksen, 1993), ligado à sociedade civil, que pode ser identificado em eventos colectivos como as competições desportivas internacionais – os campeonatos internacionais de futebol ou os jogos olímpicos, por exemplo⁴.

Michael Billig vai mais longe e, retomando a ideia de nação enquanto *plebiscito diário* de Renan (1990, original de 1882), defende que o nacionalismo é mesmo uma «condição endémica» nas nações estabelecidas, introduzindo o conceito de *nacionalismo banal* para

4 Em muitos casos, quando um país organiza ou participa pela primeira vez num grande evento internacional como os jogos olímpicos ou os mundiais de futebol, tem lugar uma onda de orgulho nacional. A emoção dos

«cobrir os hábitos ideológicos que permitem a reprodução das nações estabelecidas do Ocidente» (Billig, 1995: 6). Isto acontece não apenas durante os momentos significativos – como por exemplo, os grandes dias nacionais como o 10 de Junho em Portugal – em que a nação é conscientemente lembrada. Este autor defende que há uma reprodução diária das nações através, por exemplo, do discurso político, da cobertura dos *mass media*, ou mesmo através da transmissão diária da previsão meteorológica. A comunidade de cidadãos é continuamente lembrada do seu lugar num mundo de nações, pelo constante agitar ou lembrar da nacionalidade. Este tipo de nacionalismo, construído e reproduzido diariamente, mesmo sem intenção de produzir mensagens nacionalistas, é visto por Billig como um conjunto de ensaios banais para os tempos de crise em que os estados pedem aos cidadãos, em especial os de sexo masculino, o sacrifício último em nome da nação.

Distinguindo a forma como usamos termos como o *nosso patriotismo* – benéfico – do *nacionalismo* dos *outros* – virulento e maléfico –, Billig alarga o conceito de nacionalismo para incluir as formas através das quais os estados-nação são reproduzidos rotineiramente. Isto envolve frequentemente um «nacionalismo “banal”, em contraste com o nacionalismo aberto, articulado e ferozmente expresso por aqueles que lutam para formar novas nações» (1995: 16). As práticas banais de reprodução, em que a nação é posta em uso, incluem os momentos em que os políticos falam em nome da nação, em nome dos *nostros* interesses ou quando os jornais abordam a nacionalidade como *nós*, assumindo que todos sabem que o termo *nós* se refere aos portugueses ou aos ingleses ou quando, falando acerca do Primeiro Ministro português ou inglês, é referido como *o* Primeiro Ministro. Outro exemplo claro deste tipo de *agitar de bandeira*, é a secção de desporto da imprensa, especialmente em momentos de competições internacionais, como os campeonatos de futebol, em que a comunidade nacional se une em torno da *nostra* selecção. Nacionalismo não diz respeito,

poucos atletas timorenses quando entraram no Estádio de Sydney para os jogos de 2000 como participantes de pleno direito era visível, tendo sido aclamados com uma ovação de todo o estádio. Por razões específicas, poucos terão vivido aquele momento como os portugueses. Em 1992, a Espanha organizou uns jogos olímpicos e uma grande exposição internacional. Foi o «ano espanhol». Depois do sucesso da equipa nacional de futebol no campeonato europeu de 2000, o presidente português sublinhou a importância daquela prestação para a união de todos os portugueses, vivendo em Portugal ou no estrangeiro, referenciando-o como um «momento de grande unidade nacional». O recente Campeonato do Mundo mostrou, uma vez mais que, nestas ocasiões, não joga apenas uma equipa de futebol contra outra. É a nação que defronta outras nações. A participação de Portugal em torneios internacionais mostra que uma boa prestação da equipa nacional de futebol contribui para uma relação mais próxima dos portugueses com os símbolos nacionais como a bandeira ou o hino. Mas este mundial mostrou também como a má prestação da equipa pode dar origem a frustrações que se materializam em desabafos expressando a «vergonha em ser português».

portanto, apenas ao processo de construção da nação mas também aos processos que permitem reproduzir, reconstruir e manter a nação mesmo nos velhos estados estabelecidos há muito como Portugal.

Nação, Progresso e Mudança Social

A identidade nacional inclui não apenas noções de diferença e definições do que a comunidade é e não é, mas envolve, também, noções de *self-understanding*, de objetivos e compromissos comuns, modos de pensar, memórias culturais. Não é algo fixo e imutável. A nacionalidade não é um facto social não ambíguo, mas sim, frequentemente, uma reivindicação política contestada. A nação pertence, assim, à classe dos conceitos *essencialmente contestáveis* (Parekh, 1995; Sarup, 1996).

As concepções rivais e tendências conflituosas da identidade colectiva podem, no entanto, ser reconciliadas diferentemente em diferentes ocasiões. A reconstrução constante da identidade da comunidade é o resultado do ambiente geral, à medida que a comunidade enfrenta novos desafios e ameaças. Como Parekh explica, com mudanças no modo de vida geral e nas circunstâncias da comunidade, necessidades e experiências históricas, ela desenvolve novas tendências, medos e mitos, abandona velhos, muda o seu equilíbrio interno (Parekh, 1995).

Em muitos países, a questão da identidade nacional tornou-se um assunto de discussão pública porque parece que, de algum modo, existe uma *falta* dela ou porque parece que a comunidade a *perdeu*. Isto resulta dum enfraquecimento das fronteiras nacionais causado pela criação em várias partes do mundo de áreas transnacionais, ou devido a mudanças no sistema tradicional de valores. As mudanças de ordem global têm imposto a introdução duma multiplicidade de actores sociais, o que representa um grande desafio ao estado, em especial a um estado-nação como Portugal, tradicionalmente concebido como homogéneo, em que a *comunidade de história e destino* foi formada ao longo de séculos de história independente. Juntamente com mudanças globais, as nações sofrem também desafios particulares. Nos últimos 30 anos, Portugal tornou-se uma sociedade pós-colonial, comprometida com a construção europeia, terminando um *projecto nacional* de cinco séculos. O colapso do primeiro e último império colonial europeu representou o fim dum ciclo de cinco séculos de história nacional em que a expansão e presença além-mar representou grande parte do *projecto nacional*. Estas mudanças principais, ligadas a outras como o recente processo de modernização e as suas consequências, como o aumento do

número de imigrantes legais e ilegais de várias origens, tem levado a importantes desafios à maneira como Portugal se vê a si próprio, a sua história e o mundo⁵.

No decurso do processo de reconstrução da nação, as histórias nacionais são frequentemente rescritas e mobilizadas pelas elites para assegurar a identificação dos membros da colectividade e para fazer face aos novos desafios. Para Hobsbawm, muitas «"tradições" que parecem ou clamam ser antigas são, frequentemente, muito recentes e, por vezes, inventadas». Mesmo as linguagens podem ser inventadas (1983:1). A nação pode ser assim encarada sob uma perspectiva *situacional* que sublinha os contextos em que os indivíduos e colectividades *instrumentalmente* usam as identificações de grupo.

Na época moderna, o nacionalismo normalmente encara-se a si próprio como se fosse natural, como se os nacionalistas estivessem a restaurar algo que existiu ao longo da história e baseado em algo imemorial e real que *nos* distingue a *nós, deles, os outros*. Desde que Herder popularizou a noção de *génio* da nação – segundo a qual, toda a nação é suposta ter o seu *génio próprio*, modos de pensar, actuar e comunicar, que pode estar perdido ou escondido –, a procura ou a redescoberta da autenticidade colectiva tornou-se uma tarefa essencial, pois a nação deveria encontrar as raízes da *nossa* autenticidade, da *nossa* história e destino comuns, e ligá-la com um suposto passado étnico. Estereótipos de *raça* e carácter foram, frequentemente, mobilizados sob a cobertura de investigação científica para explicar a unicidade da *nossa* nação, da *nossa* cultura, do *nosso* povo, que é suposto ser melhor do que tudo o resto (Hermet, 1996: 116). Em Portugal, durante a primeira metade do século XX este foi um projecto bastante comum de intelectuais como Jorge Dias (1950) e muitos outros que tentaram estabelecer as bases duma cultura e filosofia portuguesas distintas⁶. A esta agenda de investigação não era alheia a agenda política e o discurso do

5 Quando o novo presidente da Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses tomou posse, o Primeiro Ministro de então, António Guterres, deu conta da renovada maneira de os portugueses se verem a si próprios e a sua história: «Os descobrimentos eram a única afirmação da nossa estima, quando Portugal era um país pobre e periférico (...) Os descobrimentos foram usados, noutros tempos, para justificar a opressão de outros povos. Agora, Portugal – enquanto membro da Comunidade Europeia e da CPLP, com uma palavra a dizer na arquitectura internacional – pode celebrar os descobrimentos doutra maneira, integrando-os na memória colectiva e nas relações de Portugal com o mundo» (Público, 2/2/1999).

6 A procura das *nossas raízes* incentivou também uma grande quantidade de estudos etnográficos e monografias locais. A etnografia portuguesa dos anos 20 do século XX considerava que as raízes étnicas, a individualidade da nação deveriam ser encontradas no espaço rural, pois as cidades não providenciavam o necessário ambiente de tradição. A aldeia, pelo contrário «tem carácter típico máximo (...) o seu aspecto, a sua taberna, o seu barbeiro ao ar livre, as festas tradicionais, quer sejam religiosas com arraiais e procissões, fogo de artifício e touradas, ou festividades do calendário agrícola, tudo isto é um livro de nacionalismo que nos deu raízes e o espectáculo da ligação do homem ao seu lugar de nascimento» (Chaves, 1920: 20).

regime do Estado Novo do «orgulhosamente sós» que favorecia ainda mais o isolamento em relação à Espanha, em relação à Europa e ao mundo. Com efeito, para o regime salazarista, a Europa e os Estados Unidos eram símbolos maléficos do capitalismo, do consumismo e da burguesia. O regime desenvolveu, por isso, um *nacionalismo de reacção* à civilização baseada na democracia liberal e no tecnicismo que criou o *mass-man*. Para o regime, a salvação da Europa dependia da inversão do individualismo, da civilização materialista e da irracionalidade dos dogmas liberais. Daqui que Portugal fosse apresentado pelo regime e os seus apoiantes como uma excepção numa Europa que, nas palavras de Ortega y Gasset, «adoptou cegamente uma cultura que é magnífica, mas que não tem raízes» (1951: 141).

Com efeito, Portugal é um dos países que não obedecem ao modelo de Gellner de modernização e industrialização. Não apenas porque a sua identidade nacional está profundamente baseada na história, como foi, também, definida, pelo menos durante a maior parte do século XX, em oposição à industrialização e aos valores liberais e democráticos dos seus vizinhos europeus. Desenvolvimento e progresso eram, segundo o regime, as causas da instabilidade social e política em que o país – durante a Primeira República – e o mundo tinham caído, pelo que era defendido um voltar do país para o passado, optando pela não industrialização, em contraste com a Europa e o mundo. A Exposição do Mundo Português em 1940 foi a celebração do sucesso de tal estratégia, representando o Portugal espiritual, pacífico e camponês (Almeida, 2001). Tal como na Irlanda, em que o *ethos* populista tradicional católico e rural constituía uma parte importante da vida pública (Hutchinson, 1987), em Portugal, a riqueza espiritual, mais do que o progresso industrial, era sublinhada, pelo regime, como a espinha dorsal do poder da nação. Para Salazar, as nações, como as famílias e os indivíduos, deveriam ser guiadas por um ideal que «domine ou guie a actividade espiritual e as relações com outros homens e povos». A grandeza das nações e o valor da sua projecção no mundo dependeria do poder deste ideal. Na retórica do discurso sobre a nação de Salazar, Portugal deveria estar orgulhoso pois um pequeno país, obedecendo à sua missão universal, conseguiu «irradiar fochos de luz para iluminar o mundo» (Salazar, 1940).

A Reconstrução de um Projecto Político

No processo de reimaginação da nação, decorrente do processo de mudança, a mesma história que outros regimes celebraram tem sido largamente usada pelo regime democrá-

tico para mobilizar a comunidade nacional. É uma história gloriosa, uma *era de ouro* de santos e heróis que, como todas as eras de ouro de todas as nações, «dá significado à sua promessa de restauração e dignidade. Portanto, quanto mais rica e cheia for essa etno-história, mais convincente se torna a sua reivindicação e mais fundo pode tocar nos corações dos membros da nação» (Smith, 1991: 161). Daqui a importância que o programa comemorativo tem tido nas agendas políticas das últimas duas décadas em Portugal.

Desde 1974, *liberdade e democracia* têm sido palavras-chave nos discursos políticos e um dos objectivos da mobilização de repertórios de símbolos nas comemorações dos *descobrimientos* e da Expo'98, foi o de unir a comunidade nacional⁷ nos valores do universalismo, humanismo, do encontro de culturas e da construção duma sociedade cosmopolita. Estes valores são, agora, mobilizados pelas elites pois são os valores que consideram apropriados aos desafios correntes da comunidade nacional: integração na comunidade internacional e em particular na Europa, modernização, crescente diversidade cultural.

Dum estudo recente (Almeida, 2001), comparando os *repertórios de significados e valores* mobilizados pelas elites durante dois grandes momentos de celebração nacional, resultou o seguinte quadro:

**Repertórios de Símbolos Mobilizados
Durante as Exposições/Comemorações de 1940 e de 1998**

Estado Novo	Regime Democrático
Deus, Nação, Família, Trabalho, Autoridade	Democracia, Liberdade
Ruralidade	Modernidade
Valores Tradicionais e Modos de Vida Campestres	Progresso, Desenvolvimento Económico
Unidade, Coesão	Unidade, Coesão
Reconhecimento Internacional	Integração Internacional
Universalismo	Universalismo
Império;	União Europeia; CPLP
<i>Raça</i> Civilizadora; País Multicontinental e Multiracial	Sociedade Cosmopolita, Diversidade Étnica e Cultural

⁷ Na exposição os laços entre os portugueses foram reforçados por um modo semelhante de *viver no mundo* e, também, de *viver o mundo* (Renaud, 1998).

Os desafios do presente ou as diferentes necessidades de cada geração mudam o carácter da memória do grupo e resultam numa constante reconstrução da identidade da comunidade, desenvolvendo novas tendências, reconstruindo os modos de encarar a sua história e o mundo. Em 1940 as *virtudes da raça civilizadora* eram celebradas. Em 1960, quando Portugal comemorou o Infante Henrique, o *navegador*, a natureza imperialista do regime estava já sob forte criticismo internacional. Daí que a ênfase dessas comemorações tenha mudado para as missões e as *descobertas* científicas. Quando o novo ciclo de comemorações começou em 1986, apenas dez anos depois do colapso do império colonial, a metáfora do *encontro* substituiu o da *descoberta*. Portugal, reconstruiu, desta maneira, a sua memória colectiva de uma maneira que lhe permite, também, partilhá-la com o mundo lusófono, o que representa parte importante da sociedade portuguesa pós-colonial (Hespanha, 1999; Almeida, 2001).

A Expo'98 e as recentes comemorações dos Descobrimentos, tal como a Exposição de 1940 e as comemorações do Bicentenário da altura, foram a afirmação dum projecto político comum, dando-lhe força ao sublinhar as memórias e experiências comuns do passado. Celebram-se, como se celebraram no passado, os valores do universalismo e abertura, redefinindo a relação tradicional dos portugueses consigo próprios e com o mundo. Na nova narrativa de modernidade, alguns dos repertórios mobilizados são semelhantes aos de 1940, o que mostra a sua persistência e importância na identidade nacional portuguesa (Almeida, 2001). As idades de ouro são relembradas para ser exemplos de virtudes passadas de forma a inspirar a geração corrente. O ideal nacional é recuperado e disseminado por arquitectos, poetas, músicos, pintores e escultores. Ao mesmo tempo, com heróis estilizados, é criado um cenário vivo para sugerir a antiguidade e continuidade da nação e a sua nobre glória, que constitui uma herança preciosa para os membros actuais da *família* nacional. De muitas maneiras, os símbolos nacionais, hábitos e cerimónias, são, como observa Smith, «os mais potentes e duráveis aspectos do nacionalismo (...) ajuda a assegurar a continuidade da comunidade abstracta de história e destino» (Smith, 1991: 77-78).

No moderno sistema mundial, a *nossa* nação tem de competir com *outras* nações. Por isso, internamente, a nação tem de chamar os seus *filhos* e uni-los no mesmo projecto político sendo capaz de ligar o passado e o futuro. A Espanha celebrou em 1992 as *Descubiertas* organizando grandes eventos no *ano espanhol*, não só para unir a comunidade nacional num mesmo projecto político⁸, mas também para transmitir a mensagem de que a Espanha moderna pertence ao clube dos países mais desenvolvidos. Da mesma maneira, Portugal,

8 Assunto que tem assumido importância central nos debates em torno da moderna nação espanhola.

celebrando os *Oceanos*, combinou a comemoração da gloriosa herança dos navegadores portugueses com o presente e o futuro da comunidade nacional e, mesmo, internacional.

Crise de Identidade ou *Hyper-Identidade*

Os debates em relação à identidade nacional têm oscilado em Portugal entre o reconhecimento de uma *crise de identidade* e a reivindicação de uma *hyper-identidade*.

A *crise de identidade* estaria associada à ausência de um *espírito de missão*, de um *projecto nacional* (Leão, 1998, original de 1960; Quadros, 1992). Durante 500 anos o império foi o *projecto nacional* de Portugal. Quando esse *projecto nacional* terminou em 1974, provocou outra dessas *crises* de identidade. Daqui que António Quadros aponte a necessidade de recriar um *projecto nacional* na «dupla relação com (...) os povos de língua lusófona e as nações europeias ou o ocidente euro-americano» (1992: 239).

A esta *crise de identidade* contrapõe-se a reivindicação duma forte identidade nacional, frequente nos discursos e nas políticas da identidade. Como Billig (1995) observa, tal reivindicação é, talvez, mais relevante que a própria questão «o que é a identidade nacional?». Em Portugal, isto tem sido feito de tal maneira que, segundo Eduardo Lourenço, Portugal tem um problema não de *crise* de identidade mas de *hyper-identidade*, que se manifesta numa «fixação quase mórbida de contemplação (...) da *diferença* que nos caracteriza, pelo que nos pensamos muito distintos de outros povos, nações e culturas»⁹. Por causa do que Eduardo Lourenço chama de *euforia mítica* em relação a si próprio e ao seu passado, em qualquer entidade transnacional, Portugal terá sempre uma *identidade*, que é menos a vida e capacidade colectiva da nação do que o privilegiado actor histórico da aventura europeia no mundo (Lourenço, 1994)¹⁰.

Na investigação anteriormente referida (Almeida, 2001), foi confirmado o lugar proeminente da *idade de ouro* dos *descobrimientos* no imaginário nacional quando foi pedido aos inquiridos que seleccionassem e ordenassem os três aspectos em que, na sua opinião, os portugueses mais deveriam sentir orgulho.

9 Num relatório sobre opinião pública, é referido que em comparação com outros europeus, os portugueses tendem a ter dos *outros*, uma imagem geralmente menos positiva do que a média dos outros países europeus. É também dito que acontece o oposto em assuntos relacionados com as atitudes de intolerância e racismo (Carrilho, 1998).

10 Um jornal espanhol escreveu, num número especial dedicado a Portugal, que «o mistério de Portugal é o mistério da sua desproporção» (*Byn Dominical*, 22/04/2001).

Razões de Orgulho para os Portugueses (percentagem) N=213

	1º	2º	3ª	Total
Descobrimentos	67.6	13.1	5.2	85.9
A revolução de 25 de Abril de 1974	8.9	20.7	18.8	48.4
A língua portuguesa no mundo	4.7	16	14.6	35.3
As ligações históricas com outros povos	4.7	12.7	14.1	31.5
A Expo'98	4.2	8.5	16.4	29.1
A participação na construção europeia	1.4	8.9	12.7	23
O modo de ser português	3.3	9.4	2.3	15
A descolonização	0.9	3.3	4.2	8.4
A unidade nacional	1.4	2.8	2.3	6.5
O desenvolvimento económico	0.9	0.9	2.8	4.6
O passado colonial	0.9	2.3	0.9	4.1
Outros motivos	0	0	0.9	0.9

O que emerge destes resultados é que, embora Portugal esteja num processo de construção capitalista, a comparação com outros países é ainda muito desfavorável no capítulo económico, pelo que, aparentemente, os portugueses permanecem orgulhosos sobretudo de alguns aspectos históricos e culturais, não se registando, portanto, alterações significativas em relação aos resultados de um estudo de 1978, apenas 4 anos após a revolução de 1974 (Bruneau, 1984) e dum outro feito pelo Instituto Português de Ciências Sociais no final da década de 1980 (Cruz, 1989) acerca de nacionalismo e patriotismo na sociedade portuguesa.

As elites culturais e políticas parecem muito dispostas a exhibir um Portugal europeu. Mas, nalguns aspectos, os portugueses estão longe de ultrapassar as décadas de isolamento que tiveram grande influência na mentalidade portuguesa. Em finais da década de oitenta – quando o ciclo económico era favorável –, os portugueses eram dos que menos aceitavam a ideia de um passaporte europeu a substituir o passaporte nacional (Cruz, 1989). Estes e outros factos deixam transparecer a ideia de que apesar da grande mudança estrutural das últimas décadas, há assuntos em que a mudança dos portugueses não é tão aparente, como na sua atitude de afirmar o inquestionável valor da nação e a dificuldade em abdicar da sua identidade e soberania em favor do projecto europeu. Para isso deverá contribuir, também, a contínua celebração massiva da história nacional dos últimos anos que reafirma a *comunidade nacional de história e destino*.

Apesar da leitura de eventos históricos ser sujeita a conflitos, as *idades de ouro* são frequentemente mobilizadas pelo seu apelo aos nacionais. Celebrar os *nossos* heróis

significa consolidar a *nossa* identidade nacional em relação aos Espanhóis, Franceses ou Ingleses, especialmente se Portugal perde na competição da prosperidade económica com esses países. Parece natural, portanto, que características do Portugal moderno não capturem tanto consenso nacional como a *era de ouro* do passado e as características relacionadas com memória, história nacional e tradição (Almeida, 2001).

Portugal saiu de décadas de isolamento e projecto imperialista para um processo de integração europeia num espaço de tempo relativamente curto, saindo do processo de descolonização «sem problemas particulares de identidade nacional e parece ter aderido ao processo de integração europeia (...) com uma adesão consistente à soberania nacional e com uma consciência nacional cívica equilibrada e sólida» (Cruz, 1989: 105). Negando qualquer crise de identidade, Manuel Braga da Cruz sublinha que os portugueses estão mesmo «mais distantes das tendências internacionalistas do que outros povos europeus, revelando um surpreendente forte regionalismo» (1989: 78). Ora, segundo muitos comentadores, um dos maiores desafios que o processo de unificação europeia enfrenta diz respeito, por um lado, à ultrapassagem das suspeitas dos países do norte (Hansen & Waeber, 2002) e, por outro, à conciliação da construção europeia com a ênfase numa experiência e identidade europeia comum, contrapondo a Europa ao resto do mundo em vez de sublinhar as diferenças entre os membros, com a persistência das identidades nacionais (Calhoun, 1997; Pagden, 2002; Smith, 1996). Os europeus têm mais do que um passado comum. Eles têm uma história de antagonismos para ultrapassar (Pagden, 2002). Um dos grandes desafios para a construção de um espaço *pós-nacional* na Europa é, portanto, a conciliação do projecto universalista europeu com as lealdades das pessoas para com as suas nações.

Nos grandes rituais nacionais que têm tido lugar em Portugal, os valores mobilizados são os valores que as elites consideram mais apropriados aos desafios correntes da comunidade nacional. Um desses desafios tem assumido uma importância fundamental nos discursos de identidade: o projecto de construção europeia. Mas é de esperar que a adesão ao projecto europeu não seja a mesma para todos os portugueses, pois os laços das pessoas em relação à sua nação podem ser expressos numa variedade de tipos de nacionalismo, e em diferentes crenças em relação à Europa. Uma atitude favorável em relação à Europa pode indicar um sentido de identidade europeia, mas essa atitude pode, também, ter origem num balanço de ordem instrumental entre ganhos e perdas. Para alguns poderá ser possível acomodar a sua identidade nacional no seio duma identidade europeia mais alargada. Para outros, a mera ideia duma identidade europeia pode constituir uma ameaça inaceitável ao seu sentido de nacionalidade. É possível também que

atitudes favoráveis em relação à União Europeia coexistam, com atitudes desfavoráveis face a alguns dos seus símbolos, como por exemplo, em relação ao euro (Burgoyne & Routh, 1999).

A Vocação Atlântica e a Opção Europeia

Depois do *regresso a casa* de Portugal ao seu rectângulo Ibérico, a Europa representa a promessa de alargamento da «micro-sociedade» portuguesa para um espaço social mais vasto e para a sua nova «paideia nacional» (Quadros, 1992), pelo que a corrente reimaginação da nação engloba ao mesmo tempo a celebração do seu passado glorioso e da renegociação da posição de Portugal no mundo de estados-nação em que a tradicional *vocação atlântica* é combinada com a *opção europeia* para o progresso económico¹¹.

Neste sentido, a Expo'98, por exemplo, foi o símbolo da visão do Portugal moderno, democrático, liberal e progressivo, tentando combinar a opção europeia com a tradicional vocação atlântica. Portugal aproveita todas as oportunidades para mostrar os seus novos compromissos de integração na comunidade internacional, como a presidência da União Europeia, ou a presidência da Assembleia Geral das Nações Unidas ou outras posições em organizações internacionais. Os projectos da Expo'98, da adesão ao euro ou da organização do Europeu de Futebol revelam um Portugal mudado aos actores internacionais, ao mesmo tempo que são apresentados como projectos unificadores da comunidade nacional.

Numa altura em que a natureza do regime parece não estar em causa, prosperidade e desenvolvimento económico têm uma crescente importância na *conversa* política de identidade nacional. Como vimos, este é um dos aspectos menos apontados como motivo de orgulho pelos portugueses, o que pode ser agravado em conjunturas mais difíceis. Apesar disso, as décadas de 80 e 90 do século XX foram, de uma maneira geral, períodos de prosperidade económica, o que se deveu, em grande parte, ao impacto dos programas de convergência económica com a Europa¹². A integração europeia acelerou a modernização e o desenvolvimento económico de Portugal, tendo ganho acesso ao euro com relativa facilidade. Inflação de cerca de 2 % e taxas de juro de cerca de 5% estão longe dos números de dois dígitos de há não muito tempo. O mesmo se pode dizer em relação à taxa de desemprego. Os fundos da União Europeia foram os grandes responsáveis pela boa performance económica dos anos 1990, o que tornou o país «quase irreconhecível em

11 José Medeiros Ferreira, dizia, há tempos, citando um embaixador em Lisboa, que de tempos a tempos, Portugal «ausenta-se da Europa» (Diário de Notícias, 31/8/1999).

12 O Portugal de Cavaco Silva era um «oásis». Para António Guterres, Portugal era um país «na moda».

relação ao país em dificuldades que aderiu à Comunidade Europeia em 1986» (Financial Times, 28/10/1998). Se a adesão dos portugueses à ideia de construção europeia constituir uma adesão mais *instrumental*¹³ que *sentimental*, a perspectiva de alargamento e a consequente diminuição dessa fonte da adesão *instrumental* - os fundos comunitários - pode deixar antever algumas dificuldades.

As sociedades modernas requerem que todos desempenhem diversos papéis, de tal maneira que pode existir o perigo de alguns sofrerem do que Gillis chama de «"multiphrenia", a condição de ter demasiados *selves* conflictuais, demasiadas identidades» (Gillis, 1994: 4). Neste seu *regresso a casa*, Portugal enfrenta, também, novos papéis à medida que se envolve na integração europeia, que podem ser, por vezes, contraditórios. Portugal parece não querer perder a sua *tradicional vocação atlântica*, como mostra o comprometimento com a CPLP. Nalguns casos, no entanto, esta vocação atlântica pode estar em contradição com o novo papel europeu. Por exemplo, parte das regras que regulam a imigração em Portugal é consequência do Acordo de Schengen. Apesar disso, Portugal recusa uma gestão centralizada dos fluxos migratórios alegando especificidades históricas e culturais (Leitão, 1997).

Reprodução Nacional e Integração Europeia

Politicamente, o estado-nação tornou-se, desde a *idade dos nacionalismos*, a forma internacionalmente reconhecida e o repositório das funções de assistência social e saúde pública e o regulador da distribuição social. Assim se explica o poder apelativo que o ideal de ter um estado próprio teve e continua a ter para muitas populações¹⁴. Outra das razões tem a ver com o facto de o modelo de estado-nação ter sido e ser ainda encarado como o meio democrático ideal de integração. A cidadania, definindo um conjunto de direitos e deveres específicos a uma população, estabelece uma fronteira entre *nós* e os *outros*, excluindo os *outros* com base na nacionalidade, pelo que a homogeneidade nacional tem feito parte de muitos projectos nacionalistas (Handler, 1994).

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial houve uma alteração essencial no sentido de que «a era do pós-guerra é caracterizada por uma reconfiguração da cidadania duma

13 O que muitos portugueses vêm da Europa são as estradas e as placas indicativas das comparticipações, os subsídios, mas também os enterramentos de fruta e as limitações à cultura dos campos e à pesca nos mares.

14 Em 1999 foi possível ver em directo na TV um homem afirmar «já posso morrer pois já deixo uma nação a meus filhos». Em 2002, a emoção da cerimónia de declaração de independência e o silêncio emotivo e de respeito com que a multidão de pessoas acolheu a bandeira em Timor-Leste mais uma vez o mostrou.

base mais particularista baseada na nacionalidade para uma mais universalista baseada na personalidade» (Soysal, 1994: 137). No entanto, os portugueses, tais como outros povos, parecem ainda preferir que assuntos como educação, cultura e saúde sejam tratados pelos governos nacionais, enquanto que admitem que assuntos como política externa, a luta contra as drogas e políticas monetárias e de desemprego possam ser tratadas numa base supranacional (Carrilho, 1998). O que transparece é que a forma de estado-nação como repositório das funções públicas de educação, de saúde, de regulador de distribuição social é ainda reconhecida como a mais eficaz.

Em termos de identidade europeia, à medida que o projecto de construção europeia avança, especial importância é dada à criação de símbolos que exibam aos cidadãos a sua qualidade de *europeus*. Quando o Acordo de Schengen foi assinado, a Europa sem fronteiras tornou-se na Europa de uma só fronteira. Para além do desejo dos governos nacionais em prevenir um pesadelo de uma possível invasão demográfica externa em massa - que não se concretizou -, outro objectivo de tal acordo era implementar uma fronteira comum a todos os membros, como sinal de solidariedade e de fraternidade entre os seus membros: «todos diferentes, mas todos iguais». Depois da introdução da bandeira, do hino e do *dia da Europa*, o euro foi, também, apresentado como um instrumento essencial na criação duma identidade europeia e duma integração política mais plena, sendo supostamente um símbolo de identidade a dois níveis: nacional e europeia. As campanhas de promoção que acompanharam a introdução do euro, apontavam o novo dinheiro como factor de unidade: «o euro, a nossa moeda». Pela primeira vez em toda a Europa, passou a existir algo tangível e palpável que relembra, e põe em prática, quotidianamente, a pertença europeia a todos os cidadãos europeus. De acordo com Burgoyne & Routh (1999) Portugal é um dos países que se situa a meio do espectro entre uma identidade europeia e uma identidade nacional, o mesmo acontecendo com os níveis de aceitação do euro. Mas Portugal fazia parte dos países com maior orgulho na sua moeda e, para os portugueses, o escudo constituía um símbolo com alguma importância do que significa ser uma nação, como mostram algumas reacções ao desaparecimento da antiga moeda¹⁵.

15 No dia em que o euro substituiu o escudo, os títulos nos jornais davam conta, de forma geral, de que o escudo não deixava saudades. No entanto, as histórias que ilustravam o assunto iam, em muitos casos, em sentido contrário, apresentando casos de comerciantes contando que os seus clientes continuavam a querer os escudos e mesmo de pessoas que se recusavam a conformar com o euro (A Capital, 28/02/2002; Diário de Notícias, 28/02/2002; Público, 28/02/2002). Por outro lado, muitos foram, também, os suplementos sobre a história do escudo na imprensa e também muitas as edições de moedas postas à venda o que mostra, de alguma forma, uma despedida mais emocional em relação ao velho escudo.

Os discursos da nação são, normalmente, acompanhados dum discurso de união e coesão, reproduzindo a imagem de unidade cultural à custa, algumas vezes, do reconhecimento de particularismos culturais locais e regionais. Por exemplo, foi preciso esperar pela democratização e europeização do país para assistirmos ao reconhecimento, na Lei 7/99 de 29 de Janeiro, do direito a preservar e promover a língua mirandesa¹⁶, enquanto património cultural, instrumento de comunicação e de reforço de identidade da terra de Miranda¹⁷. Outros dois exemplos mostram como a elite pode controlar as concepções que se tornam, em dado momento, as ideias dominantes de nação, que podem mudar consoante o tempo histórico e o grupo que está nessa posição: os *touros de morte* – proibidos por Salazar por serem um costume bárbaro que ia contra a essência do povo português que o antropólogo Jorge Dias (1950) exprimiu na conhecida fórmula: «para os portugueses, o coração é a medida de todas as coisas»; e o *Kola Son Jon* – uma dança cabo-verdiana, proibida durante o regime salazarista pois era considerada, pela administração colonial, uma dança libidinoso dados os exuberantes ritmos e movimentos dos corpos. Ambas as práticas foram proibidas por Salazar pois iriam contra aquilo que *nós* somos, contra a concepção ideológica que o regime tinha da nação e agora, ambas são defendidas e promovidas, tal como o *mirandês*, como parte importante das respectivas culturas. Aliás, a divisa «todos diferentes, todos iguais» está relacionada com a ideia de construção, na Europa, duma comunidade *multicultural*¹⁸ de povos, criada por motivos políticos e em que cada um retém as suas próprias culturas num enorme mosaico de diversidade, tornando o tema da identidade nacional/identidade europeia tão complexo e interessante, sobretudo numa altura em que o futuro se prevê crescentemente integrado e em que a cooperação através das fronteiras nacionais está associada ao progresso social e económico (Daun & Jansson, 1999).

Estes dois processos de criação de uma *identidade europeia* e da reprodução nacional têm lugar, portanto, em paralelo. Portugal, com uma imagem tradicional de nação culturalmente, etnicamente, linguisticamente e religiosamente homogénea, é frequentemente apresentado como exemplo quase perfeito dum estado-nação em que existe uma coincidência entre a unidade política e a unidade cultural (Gellner, 1983; Smith, 1991) e

16 A propósito da diferença entre um dialecto e uma língua, O'Leary refere que «há mais do que mero humor na tese de que uma língua se diferencia dum dialecto pois a primeira tem um exército e uma marinha» (O'Leary, 1998: 66).

17 O direito à sua aprendizagem é regulamentado pelo despacho normativo n.º 35/99 do Ministério da Educação.

18 O termo *multicultural* é aqui usado no seu sentido meramente descritivo. Noutros locais, discutimos o conceito com mais profundidade (Almeida, 2003; Almeida, 2004b).

como uma das nações europeias mais centralizadas. Apesar das recorrentes reivindicações regionalistas, apenas 9% do orçamento era, em finais dos anos 1990, gasto pelas autoridades locais em comparação com 25% ou mais em muitos países da UE (Financial Times, 28/10/1998).

O processo de homogeneização e centralização levado a cabo pelo estado, que incluiu, historicamente, a expulsão de *outros*, parece ser um processo permanente. Ainda recentemente os políticos portugueses deram às escolas primárias um *kit patriótico* com o objectivo de aumentar nas crianças a consciência da sua nação. No dia da distribuição, o Presidente da República visitou um local onde a origem diversa dos habitantes era evidente e apelou directamente à união, independentemente da origem, «hoje todos vivemos sob a mesma bandeira e hino», símbolos que «nos identificam como portugueses na nossa relação com o mundo». Sublinhando a importância de tais símbolos, apelou às crianças para cantarem sempre que possam o hino e a não terem vergonha de serem portugueses (Diário de Notícias, 3/10/2000). A crescente diversidade cultural, fruto de fluxos populacionais, representa, igualmente, um desafio ao estado-nação, sobretudo num país como Portugal, em que a ideologia luso-tropicalista adquiriu uma importância fundamental na forma como o país se identifica como nação e como os portugueses se vêem a si próprios (Almeida, 2001; Venâncio & Moreira, 2000; Venâncio, 1996).

Os dias nacionais são, frequentemente, ocasiões para a reconstrução do projecto nacional e para a reafirmação da coesão da comunidade, mesmo em velhos estados-nação, há muito estabelecidos, como Portugal. A integração dos imigrantes foi, mais uma vez, um dos principais temas do discurso do Presidente da República durante as celebrações do dia nacional de Portugal, em 2002, reconhecendo a sua importância do tema para a actual sociedade portuguesa. Foi também uma ocasião aproveitada pelo presidente para afirmar que «não podemos dar direitos políticos a minorias que recusam os nossos valores e não acatam as nossas leis. Queremos receber dignamente, isso sim, os cidadãos livres que escolham partilhar o *nosso* destino colectivo e respeitar a *nossa* ordem jurídica» (11/06/2002, ênfase do autor).

No processo de centralização e fragmentação que a Europa actualmente atravessa, o estado-nação é simultaneamente “minado” e tornado mais saliente, pelo que pode ser difícil conciliar uma certa homogeneização interna que os Estados e as elites nacionais promovem com o abdicar de soberania nacional em favor do projecto da construção europeia, conduzido, também, em grande parte, de uma maneira *top-down*, pelo Estado e pelas elites culturais e políticas. A capacidade de apresentar discursos opostos em diferentes circunstâncias, sem sentir as contradições, definido por Michael Herzfeld como

dissemia é o que permite, segundo o antropólogo Vale de Almeida explicar a atitude ambivalente dos portugueses face à sua história, como por exemplo, «ser capaz de dizer que sou contra qualquer retórica nacionalista acerca dos descobrimentos e da expansão e, ao mesmo tempo, ser capaz de dizer que “sim, mas nós fomos os pioneiros, nós fomos os primeiros a dar novos mundos ao mundo e estamos orgulhosos disso”» (Almeida, 1998: 241).

Não podemos esquecer que a Europa é o local de nascimento do conceito de estado-nação e que, em muitos países, os sentimentos nacionais continuam bem entrincheirados, como mostram as relações entre portugueses e espanhóis¹⁹, e não serão ultrapassados pura e simplesmente por se fechar os olhos a tais sentimentos. A distância que algumas vezes se regista entre discursos e propostas das elites e dos cidadãos comuns, deixam a exclusividade na defesa de tais sentimentos a partidos e movimentos extremistas com agendas mais apelativas a todos os que sentem uma ligação mais estreita às suas nações. Esta parece ser, de resto, uma das razões para o recente crescimento dos partidos de extrema-direita na Europa, cuja agenda populista faz apelos e foca temas que outros partidos e movimentos mais envolvidos com o projecto europeu não abordam. O aumento da imigração e o crescente sentimento de insegurança, são outras condições propícias a um crescimento da extrema-direita, como aconteceu recentemente num fenómeno que não apanhou, de resto, de surpresa quem se tem dedicado ao seu estudo e às condições sociológicas que estão na sua origem (Husbands, 1983).

19 Numa Europa em construção, as tensões nacionalistas entre estados não desapareceram. Diversos eventos nos últimos anos sugerem que as relações entre países amigos comprometidos com a construção europeia pode facilmente mudar, transformando vizinhos em *inimigos*. O discurso político sublinha frequentemente a história Ibérica comum, baseada numa herança espiritual comum que advém das suas histórias expansionistas. É essa história comum que permite encarar, hoje, os espanhóis como «nuestros hermanos». Politicamente, ao nível da UE, ambos os países tentam trabalhar em proximidade, enquanto aliados Ibéricos. No entanto, as barreiras psicológicas são ainda enormes, mesmo em comunidades fronteiriças (Luís Silva, 2000, in Sobral, 2000) e, ciclicamente, desacordos acerca de assuntos bilaterais, tais como assuntos relacionados com a partilha de rios ou *take-overs* de um banco português por um espanhol, ou voos alegadamente não autorizados de aviões espanhóis sobre ilhas portuguesas, a gestão do caso do petroleiro *Prestige*, o fecho das suas fronteiras e a actuação da polícia aquando da cimeira de Sevilha, ou mesmo a maneira como a Espanha se apresentou na Expo'98, podem disparar sentimentos anti-espanhóis nos media que vê tais atitudes espanholas em relação a Portugal como manifestações de um «complexo de superioridade» que se materializa como compensação dum «terrível complexo de inferioridade em relação a França» (Expresso, 9/5/1998). A história passada de conflitos é imediatamente recuperada e de vizinhos *eles* são transformados em *inimigos*. Estas ocasiões são apresentadas, por alguns, como confirmação do receio que tinham em relação à integração europeia pois ela significaria, mais tarde ou mais cedo, um controlo espanhol da economia portuguesa (Martins, 1998; veja-se a Grande Reportagem de Dezembro, 2002). Em 1999, quando o governo português se opôs à *take over* dum banco português por um espanhol, o Primeiro Ministro português justificou que tinha sido «eleito pelos portugueses para defender os interesses portugueses» (Diário de Notícias, 22/6/1999). A existência deste pequeno rectângulo cravado na carne de Espanha parece quase irreal. Para Lourenço, os espanhóis dificilmente acreditam na sua existência e os portugueses não param de se admirar com tão grande milagre (Lourenço, 1988).

Esta questão assume importância crescente à medida que o projecto de construção europeia assume uma renovada dimensão com a adesão de 10 novos países e evolui no sentido da *inevitabilidade* da «dinâmica federal» (Diário de Notícias, 30/04/2002) introduzida nos últimos anos²⁰, nomeadamente com a criação do euro e do conseqüente desaparecimento de outras reservas de soberania dos estados membros.

Conclusão

O fim das fronteiras entre membros do grupo Schengen, o estabelecimento dum mercado único e a chegada do euro, constituem mudanças psicológicas assinaláveis para o Portugal que viveu isolado durante grande parte do século XX, e para a *comunidade de destino* em que as concepções dominantes de identidade nacional eram definidas em oposição à industrialização e modernização e aos valores liberais-democráticos dos seus vizinhos europeus ocidentais, num tipo de *nacionalismo de reacção*.

O actual processo de reconstrução da nação é, como vimos, composto de dois processos paralelos: por um lado é promovida a integração europeia; por outro lado, a reprodução da nação tem sido levada a cabo, fazendo um uso maciço de grandes celebrações da história nacional. O passado, o presente e o futuro da comunidade de história e de destino são revisitados, reconstruindo a forma como os portugueses se concebem a si próprios e a sua relação com o mundo. Tal processo de reprodução nacional, de *nation maintaining*, não sendo um exclusivo da sociedade portuguesa, reafirma e reconstrói a lealdade das pessoas para com as suas nações.

Terminou aquele que foi o grande *projecto nacional* durante mais de 500 anos e a Europa representa, agora, a promessa de um novo *projecto nacional* e a promessa de progresso e modernização. Mas os portugueses têm uma visão de si próprios em grande parte virada para o passado e, como outros povos, centrada na nacionalidade pelo que, para Eduardo Lourenço, este reaproximar da Europa do velho Portugal ancorado nos hábitos de nação imperial, à Europa resultante de três revoluções industriais em que quase não participou, é complexo, difícil, cheio de resistências e armadilhas (Lourenço, 1988). Uma dessas armadilhas pode ser a potência dos rituais nacionais que podem criar alguma tensão em relação à ideia de criação duma identidade europeia e à possibilidade de perda de soberania (Mitchell, 2001), mesmo quando a Europa e o processo de modernização

20 O projecto de construção europeia tem seguido o padrão de longas negociações técnicas e súbitas acelerações políticas (Pagden, 2002).

prometem níveis mais elevados de progresso económico, sobretudo para alguns sectores da população que podem sentir de maneira especial as tensões entre tradição e modernização.

A visão optimista de David Corkill (1996) parece sugerir que é possível conciliar o processo de reprodução das nações com o projecto transnacional de construção europeia. Segundo Corkill a aceitação e mesmo entusiasmo que, quer Portugal quer Espanha demonstraram em relação à união política europeia e à cedência de soberania – um aspecto central nas potenciais objecções à integração europeia – é a evidência de que a «Península Ibérica demonstra que o nacionalismo do centro e da periferia pode coexistir com o supranacionalismo na forma de identidades plurais» (Corkill, 1996: 155). Mas o sucesso do novo projecto nacional/europeu dependerá, certamente, da gestão destes processos e da capacidade de conciliar os diversos papéis que Portugal é chamado a desempenhar enquanto sociedade moderna integrada no sistema internacional.

Bibliografia

AA.VV (2001) “The Euro and European Identity: The Spanish and Portuguese Case”, *Journal of Economic Psychology*, nº 22, 441-460.

Almeida, José Carlos (2001) *Commemorations of Portugal: National Identity and Public Celebration*, PhD Thesis, Department of Sociology, University of Bristol.

Almeida, José Carlos (2003) Nós e os Outros. A Escola, A Nação e as Políticas do Multiculturalismo. *Paper in Midterm Conference Europe 2003 Critical Education & Utopia. Emergent Perspectives for the 21st Century*, Lisboa, International Sociological Association.

Almeida, José Carlos (2004) Celebrar Portugal: A Nação, as Comemorações Públicas e as Políticas de Identidade, Lisboa, Editora Piaget (em preparação).

Almeida, José Carlos (ed.) (2004b) Educação, Políticas Educativas e Multiculturalismo, Lisboa, Editora Piaget (em preparação).

Almeida, Miguel V. (1998) “O Regresso do Luso-Tropicalismo. Nostalgias em Tempos Pós-Coloniais” in *Abril em Maio & SOS Racismo, Essas Outras Histórias que Há para Contar. Colóquio Internacional Em Tempo de Expo Há Outras Histórias Para Contar*, Lisboa, Edições Salamandra, pp. 235-243.

Anderson, Benedict (1991) *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, London, Verso.

Beissinger, Mark (1998) "Nationalisms that Bark and Nationalisms that Bite: Ernest Gellner and the Substantiation of nations", in J. A. Hall (org.) *The State of the Nation. Ernest Gellner and the Theory of Nationalism*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 169-190.

Billig, Michael (1995) *Banal Nationalism*, London, Sage Publications.

Bruneau, Thomas C. (1984) *Politics and Nationhood. Post-Revolutionary Portugal*, New York, Praeger.

Bruner, M. Lane (2002) *Strategies of Remembrance: The Rhetorical Dimensions of National Identity Construction*, University of South Carolina Press.

Burgoyne, C. B. & Routh, D. A. (1999) "National Identity, European Identity and the Euro", in Keith Cameron (ed), *National Identity*, Exeter, Intellect, pp. 107-124.

Calhoun, Craig (1997) *Nationalism*, Buckingham, Open University Press.

Carrilho, Maria (1998) *Portugal no Contexto Internacional. Opinião Pública, Defesa e Segurança*, Lisboa, Edições Cosmos & Instituto da Defesa Nacional.

Chaves (1920) *Nacionalismo Etnográfico. A Agricultura e a Etnografia*, Associação Central da Agricultura Portuguesa.

Corkill, David (1996) "Multiple National Identities, Immigration and Racism in Spain and Portugal", in B. Jenkins & S. A. Sofos (eds), *Nation and Identity in Contemporary Europe*, London, Routledge, 155-171.

Cruz, M. B. (1989) "Nacionalismo e Patriotismo na Sociedade Portuguesa Actual. Relatório de Investigação.", in AA.VV., *Nacionalismo e Patriotismo na Sociedade Portuguesa Actual*, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, pp. 75-132.

Daun, A. & Jansson, S. (eds.) *Europeans: Essays on Culture and Identity*, Lund, Nordic Academic Press.

Dias, Jorge, (1950) *O Essencial Sobre os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Eriksen, Thomas H. (1993) "Formal and Informal Nationalism", *Ethnic and Racial Studies*, Vol. 16, n° 1, 1-25.

- Gellner, Ernest (1983) *Nations and Nationalism*, Oxford, Blackwell.
- Gillis, John R. (ed) (1994) *Commemorations. The Politics of National Identity*. Princeton, Princeton University Press.
- Greenfeld, Liah (1992) *Nationalism. Five Roads to Modernity*, Cambridge, Harvard University Press.
- Hansen, L. & Waever, O. (eds) (2002) *European Integration and National Identity. The Challenge of the Nordic States*. London, Routledge.
- Handler, Richard (1994) "Is 'Identity' a Useful Cross-Cultural Concept?" in John R. Gillis (ed), *Commemorations. The Politics of National Identity*. Princeton, Princeton University Press, 27-40.
- Hermet, Guy (1996) *História das Nações e do Nacionalismo na Europa*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Hespanha, António M. (ed) (1999) *Há 500 Anos. Balanço de Três Anos de Comemorações dos Descobrimientos Portugueses 1996-1998*, Lisboa, CNCDP.
- Hobsbawm, Eric (1983) "Introduction: Inventing Traditions", in E. Hobsbawm & T. Ranger (eds) *The Invention of Tradition*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Husbands, Christopher (1983) *Racial Exclusionism and the City: the Urban Support of the National Front*, London, George Allen & Unwin.
- Hutchinson, John (1987) *The Dynamics of Cultural Nationalism. The Gaelic Revival and the Creation of the Irish Nation State*. London, Allen & Unwin.
- Hutchinson, John (1994) *Modern Nationalism*, London, Fontana Press.
- Jenkins, Richard (1995) "Nations and Nationalisms: Towards more open models", *Nations and Nationalism*, 1 (3), 369-390.
- Leão, F. Cunha (1998, original de 1960) *O Enigma Português*, Lisboa, Guimarães Editores.
- Leitão, José (1997) "The Portuguese Immigration Polity and the New European Order", in Maria I. Baganha (ed) *Immigration in Southern Europe*, Oeiras, Celta, pp. 121-129.
- Lourenço, Eduardo (1988) "Portugal e a Europa", *Oceanos*, nº 1, 1989.
- Lourenço, Eduardo (1994) *Nós e a Europa ou as Duas Razões*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Martins, Hermínio (1998) "O Federalismo no Pensamento Político Português", *Penélope*, nº 18, 13-49.

May, Stephen (2001) *Language and Minority Rights: Ethnicity, Nationalism and the Politics of Language*, London, Longman.

Mitchell, Jon (2001), *Ambivalent Europeans: Ritual, Memory and the Public Sphere in Malta*, London, Routledge.

O'Leary, Brendan (1998) "Ernest Gellner's Diagnoses of Nationalism: a Critical Overview, or, What is Living and What is Dead in Ernest Gellner's Philosophy of Nationalism", in J. A. Hall (ed.), *The State of the Nation. Ernest Gellner and the Theory of Nationalism*, Cambridge, Cambridge University Press, 40-88.

Ortega Y Gasset, José (1951) *The Revolt of the Masses*, London, George Allen & Unwin Ltd.

Pagden, Anthony (ed) (2002) *The Idea of Europe. From Antiquity to the European Union*, Cambridge, Cambridge University Press.

Parekh, Bhikhu (1995) "The Concept of National Identity", *New Community*, 21(2), 255-268.

Quadros, António (1992) *Memórias das Origens. Saudades do Futuro. Valores, Mitos, Arquétipos, Ideias*, Mem Martins, Publicações Europa-América.

Renan, Ernest (1990 original de 1882) "What is a nation?", in H. K. Bhabha (ed) *Nation and Narration*, London, Routledge, 8-22.

Renaud, Michel (1998) "O que é uma Exposição? Análise Semântica e Filosófica.", *Brotéria*, nº 146, 251-272.

Salazar, Oliveira (1940) "Discurso no Castelo de Guimarães", in 1940 - *Album Comemorativo*, Fundação Festas de Guimarães.

Sarup, Madan (1996) *Identity, Culture and the Postmodern World*, Georgia, The University of Georgia Press.

Smith, Anthony D. (1991) *National Identity*, London, Penguin Books.

Smith, Anthony D. (1996) *Nations and Nationalism in a Global Era*, Cambridge, Polity Press.

Sobral, J. M. (2000) *O Processo de Formação das Nações*, Comunicação no IV Congresso Português de Sociologia.

Soysal, Yasemin N. (1994) *Limits of Citizenship. Migrants and Postnational Membership in Europe*, London, The University of Chicago Press.

Venâncio, José C. (1996) *Colonialismo, Antropologia e Lusofonias. Repensando a Presença Portuguesa nos Trópicos*, Lisboa, Vega.

Venâncio, J. C. & Moreira, A. (2000) *Luso-Tropicalismo. Uma Teoria Social em Questão*, Lisboa, Vega.